

A BOLA DA VEZ

Márcio G. P. Garcia¹

15 de setembro, 2017

Sem reforma da Previdência não teremos como evitar a explosão da dívida e a volta à inflação alta.

Em 2008, a então ministra Dilma Rousseff fazia coro com o presidente Lula afirmando que o Brasil não sofreria a “maldição do petróleo”, e seria capaz de evitar a perda de competitividade da indústria quando viessem os recursos provenientes da exploração do pré-sal. Provavelmente, ela antevia um futuro muito mais brilhante, mas os erros crassos de sua política energética acabaram dificultando enormemente que o Brasil aproveitasse o período de preços altos do petróleo. Durante quase cinco anos, deixou de haver rodadas de licitações de novos blocos de exploração, causando inestimável perda de recursos para o país. Este ano serão leiloados blocos que valem menos da metade do que valiam há alguns anos.

Ainda assim, os altos preços das commodities encheram os cofres públicos. Em vez de investir, gastou-se quase tudo em gastos correntes. E pior, em gastos correntes que perdurarão por décadas. Hoje, pagamos por isso. Dadas as restrições, tanto legais quanto políticas, em se reduzir gastos públicos, a crise ainda vai ter que piorar muito antes que façamos o ajuste requerido pelo descompasso entre receitas e despesas públicas.

Seria ótimo se o encarceramento de políticos corruptos, que tanto mal causaram, tivesse o condão de equilibrar o orçamento. Infelizmente, não é o caso. Vai ser preciso cortar gastos, algo com que não estamos acostumados. Corporações poderosas terão que ser forçadas a aceitar perdas salariais. Nossas universidades públicas deverão limitar a gratuidade apenas aos que não podem pagar. E o inchaço de vários setores dentro do serviço público terá que ser reduzido também via demissões, algo impensável no Brasil de hoje.

A dinâmica que mantém esse estado de coisas é há muito conhecida. Cada interesse especial mobiliza ativamente os interessados na defesa de seu quinhão. Recentemente, a grande oposição à aprovação da TLP, a taxa de longo prazo, mostrou como mesmo a eliminação bastante gradual de subsídios escondidos a grandes empresas foi capaz de incitar pesada, ainda que moral e economicamente injustificável, reação dos setores afetados.

Já a defesa do bem comum, tem parca representação. Mesmo aqueles que, por dever de ofício, deveriam se ocupar disso, tendem a passar ao largo. Por exemplo, o Ministério Público, que tantos bons serviços tem prestado com o combate à corrupção, achou-se no direito de reivindicar um aumento salarial de 16,7%, para uma carreira com elevados salários e garantia de emprego, em meio à maior recessão da nossa história, com

¹ Ph.D. por Stanford, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve mensalmente neste espaço.

desemprego superando 13 milhões de cidadãos, e inflação anual rodando a 3%. Em boa hora, a decisão do STF de não aumentar os próprios salários impediu tal disparate.

Em certa medida, o mesmo jogo de pressões ocorre em qualquer democracia. O problema é que o Brasil não tem mais espaço fiscal para adiar decisões fundamentais. A principal delas, vale sempre repetir, é a reforma da Previdência. Está mais do que demonstrado que nossas regras de aposentadoria são, na comparação internacional, anormalmente generosas, sobretudo com as camadas mais ricas da força de trabalho, que têm acesso à aposentadoria por tempo de serviço (em vez de se aposentarem por idade, aos 65 anos).

Em economia, como se sabe, não há nenhum benefício grátis. Qualquer benefício gera sempre custos que são pagos por outrem. Num país com enorme desigualdade de renda e riqueza, estamos bem acostumados à exploração, nem sempre correta, do conflito entre pobres e ricos. Um dos problemas da reforma da Previdência é que o principal conflito subjacente não é entre pobres e ricos, mas entre velhos e jovens, inclusive os que ainda não nasceram.

É de difícil entendimento que o privilégio de nos aposentarmos muito cedo vá ser pago precisamente por nossos filhos e netos, que estarão obrigados a trabalhar e gerar os recursos para nossas aposentadorias precoces. É muito mais fácil tentar colocar o problema na moldura do conflito entre pobres e ricos. Recebo frequentemente, via redes sociais, pseudo-análises que afirmam não haver déficit na Previdência. E que a verdadeira motivação da reforma da Previdência é obrigar os pobres a comprarem planos de previdência dos grandes bancos. Por mais que os números desmintam tais versões fantasiosas, o apelo que elas têm é grande. De fato, ninguém gosta de pensar que estamos estragando as chances de sucesso de nossos filhos e netos para nos beneficiarmos, mas é exatamente isso que estamos fazendo.

Vale repisar o argumento, caso algum eventual leitor ainda não saiba. Sem reforma, os gastos previdenciários continuarão a crescer rapidamente. O aumento dos gastos previdenciários terá consequências desastrosas. Caso o teto constitucional dos gastos públicos venha a ser respeitado, o governo se verá paralisado, por não poder fazer mais nada além de pagar funcionários, ativos e aposentados. Hospitais, escolas e serviços públicos essenciais pararão por falta de recursos.

Caso se derrube o teto constitucional, os gastos poderão continuar a crescer, dependendo da existência de financiamento. Inicialmente, impostos aumentarão ainda mais, mas não será suficiente. Dado que a dívida pública continuará na trajetória explosiva em que já se encontra, investidores buscarão outras alternativas como ativos reais e estrangeiros. Tal movimento, além de causar forte depreciação cambial e alta dos juros, forçará o governo a recorrer à única outra fonte de financiamento: a inflação alta.

Será muito triste ver o país retroceder a tal ponto, mas esse cenário catastrófico está muito mais perto do que se pensa, se não conseguirmos conter o crescimento dos gastos públicos. A reforma da Previdência é a bola da vez. Não podemos deixar de encaçapá-la.